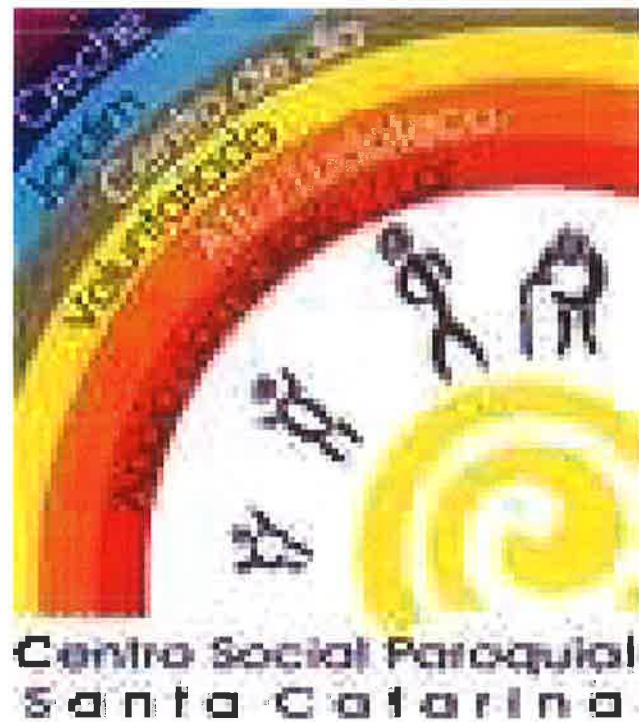


**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE
SANTA CATARINA**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC

– ESNL

Anexo

31 de Dezembro de 2022



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	8
5	Activos Fixos Tangíveis	9
6	Inventários	10
7	Réido	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
11	Outras Informações.....	12
11.1	Clientes e Utentes	13
11.2	Outras contas a receber.....	13
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais.....	14
11.5	Fornecedores	14
11.6	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
11.7	Outras Contas a Pagar.....	15
11.8	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.9	Fornecimentos e serviços externos	16
11.10	Outros rendimentos	16
11.11	Outros gastos	17
11.12	Resultados Financeiros	17
11.13	Acontecimentos após data de Balanço	17



1 Identificação da Entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF – 501 330 755 e o NISS – 20004940117 e sede em Estrada Nacional, Nº 360 – Santa Catarina – 2500 -768 Santa Catarina, freguesia de Santa Catarina concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-1981. A sua atividade principal é Outras Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas com alojamento, (CAE- 87301); como atividades secundárias: Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101), Educação Pré-Escolar (CAE- 85100); Atividades de Cuidados para Crianças, sem Alojamento (CAE- 88910); e Outras Atividades de Serviços de Refeições, (CAE- 56290) O C. SOC.PAROQUIAL ST CATARINA opera na freguesia de Santa Catarina.

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SANTA CATARINA opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer, ao Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial de Santa Catarina.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)



3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se



rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e



d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo seu custo.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Terrenos e recursos naturais	8.209				8.209
Edifícios e outras construções	2.571.914	909	-128.339		2.444.484
Equipamento básico	357.561	5.678	151.705		514.944
Equipamento de transporte	204.622		21.933		226.555
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	52.611	2.518	-1.815		53.314
Outros Ativos fixos tangíveis	51.935		-36.184		15.751
Total	3.246.852	9.105			3.263.257
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	945.811	36.032	131.626		850.217
Equipamento básico	317.513	35.516			353.029
Equipamento de transporte	196.562	11.043			207.605
Equipamento biológico					
Equipamento administrativo	52.033	360	1.237		51.156
Outros Ativos fixos tangíveis	29.996		14.245		15.751
Total	1.537.915		0,00	147.109	0,00
					1.477.757



Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.209					8.209
Edifícios e outras construções	2.571.914					2.571.914
Equipamento básico	355.900	1.661				357.561
Equipamento de transporte	212.514	11.950	19.842			204.622
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	51.968	643				52.611
Outros Ativos fixos tangíveis	43.593	8.342				51.935
Total	3.244.099	22.596	19.842			3.246.852
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	893.802	52.008				945.810
Equipamento básico	310.513	7.000				317.513
Equipamento de transporte	196.067	16.338				212.405
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	50.547	1.486				52.033
Outros Ativos fixos tangíveis	27.127	2.869				29.996
Total	1.478.056	79.702	0,00	0,00	0,00	1.557.757

6 Inventários

Em 31 de Dezembro 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.733	108.920		2.271	158.630		2.231
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	2.733	108.920	0,00	2.271	158.670	0,00	2.231
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			109.382		158.670		
Variações nos inventários da produção							



7 Rérito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2021	2022
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	541.196	591.894
Quotizações e joias		
Serviços Secundários	30.681	36.497
Comparticipação Utentes		
Juros		
Royalties		
Dividendos		
Total	571.877	628.391

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
ISS, IP		
	767.563	672.875
IEFP		
	66.522	58.822
Autarquias		
	6.464	13.945
Doações e Heranças		
Doações	11.167	7.787
Outras	28.913	929
Total	880.629	741.413



9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 79 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Orgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	816.690	761.491
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	5.615	
Encargos sobre as Remunerações	180.930	161.920
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	22.079	17.380
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	10.786	2.511
Total	1.036.100	943.302

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



11.1 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	19.473	30.127
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	19.473	30.127

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

11.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal		
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	66.558	
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações		
Outros Devedores		
Perdas por Imparidade		
Total	66.558	

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	75	82
Depósitos à ordem	172.988	194.949
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	173.063	195.031

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	121.666			121.666
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.081.597			1.081.596
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	680.110		27.326	652.783
Total	1.883.373		27.326	1.856.045

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	45.766	25.330
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
Total	45.766	25.330



11.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.289	
Outros Impostos e Taxas		
Total	1289	
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas colectivas (IRC)		3860
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		504
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.674	
Segurança Social	21.904	19.002
Outros Impostos e Taxas	338	287
Total	29.916	23.653

11.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		138.919		
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos				150.559
Outros credores				20.913
Total	0,00	132 170,60	0,00	171.472

11.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	767.563	672.875
Subsídios de outras entidades	85.246	60.751
Doações e heranças	27.820	7.787
Legados		
Total	880.629	741.413

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.



11.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos		23.965
Serviços especializados	71.157	54.802
Materiais	32.740	22.591
Energia e fluidos	104.472	66.017
Deslocações, estadas e transportes	115	348
Serviços diversos	55.583	52.248
Encargos com Utentes		
Total	264.067	219.972

11.10 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares		6.383
Descontos de pronto pagamento obtidos	335	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		2.625
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos nos restantes activos financeiros	1.707	
Rendimentos em investimentos não financeiros	101	
Outros rendimentos	32.300	56.589
Total	34.443	65.597



11.11 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	302	265
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Incobráveis		170
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos nos restantes investimentos financeiros		
Gastos em investimentos não financeiros		
Outros Gastos	2.340	15.172
Total	2.642	15.607

11.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	150	721
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	150	721
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total		
Resultados Financeiros		

11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Demonstração de Resultados a 31 de Dezembro de 2022:

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Ano: 2022	
		VALORES (em euros)	
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		
61611	Géneros alimentares	€ 158 670	€ 158 670
61-61611	Outros	€ -	
62	Fornecimentos e serviços externos	€ 264 067	
(*)	Outros fornecimentos e serviços externos	€ -	€ 264 067
63	Custos com o pessoal	€ 1 036 100	
637/8	Outros custos com pessoal	€ -	€ 1 036 100
66	Amortizações	€ 57 673	€ 57 673
67	Provisões	€ -	
65	Benefícios processados e out/ custos operacionais		
651	Benefícios processados	€ -	
652	Outros custos operacionais	€ -	€ -
68	Custos e perdas financeiras	€ 2 656	€ 1 516 511
69	Custos e perdas extraordinárias		
690	Acções de formação financiadas pelo F.S.E.	€ -	
691	Donativos	€ -	
694	Perdas em imobilizações	€ -	
692/3+695/9	Outros	€ 150	€ 2 806
	Resultado líquido exercício		€ 1 519 317
			€ 24 147
			€ 1 543 463



Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	Ano: 2022	
		VALORES (em euros)	
71	Vendas		
72	Comparticipações	€ 628 391	
722/9	Outras	€ -	€ 628 391
75	Trabalhos para a própria Instituição		
758	Para autoconsumos	€ -	
751/5	Para outros	€ -	€ -
73	Proveitos suplementares		
751/5	Comparticipações e subsídios à exploração		
751/5	Do Sector Público Administrativo		
7511	CRSSLEIRIA - Serv Sub-Regional Leiria	€ 767 563	
752/8	Outros	€ 113 066	
753	De outros sectores	€ -	€ 880 629
76	Outros proveitos operacionais		
		(B)	€ -
78	Proveitos e ganhos financeiros	€ 34 444	€ 34 444
		(D)	€ 1 543 463
79	Proveitos e ganhos extraordinários		
790	Acções de formação financiadas pelo F.S.E.	€ -	
794	Ganhos em imobilizações	€ -	
791/3+795/8	Outros ganhos	€ -	€ -
		(F)	€ 1 543 463



Demonstração de Resultados por respostas sociais a 31 de Dezembro de 2022

RESPOSTAS SOCIAIS	Número utentes	Creche	Pré-escolar	ATL	Centro Dia	Apoio Domiciliário	AD - Integrado	Centro Convívio	Lar	Total	242	
ORÇAMENTO POR RESPOSTAS SOCIAIS PARA 2023												
RESPOSTAS SOCIAIS												
Comparticipações Familiares	63 955,82 €	41 911,68 €	19 116,33 €	30 894,46 €	97 006,83 €	31 126,03 €	5 487,70 €	302 394,67 €	36 497,39 €	626 390,91 €		
Subsídio, doações e legados à exploração	216 006,12 €	101 266,76 €	7 045,12 €	36 995,73 €	164 190,72 €	94 966,52 €	22 271,89 €	210 066,05 €	€	27 819,78 €	880 628,71 €	
ISS IP Centros Distritais	197 336,54 €	87 528,77 €	28 541,58 €	149 385,96 €	90 739,45 €	15 226,77 €	198 733,85 €			27 819,78 €	795 382,70 €	
Outras entidade públicas	18 669,58 €	13 737,99 €	7 045,12 €	8 454,15 €	14 794,76 €	4 227,07 €	7 045,12 €	11 272,20 €			85 246,01 €	
Outros												€
CMVMC	19 842,97 €	14 882,23 €	7 528,23 €	9 872,58 €	42 180,07 €	12 632,62 €	3 132,94 €	33 193,88 €		15 404,89 €		
Fornecimentos e serviços externos	39 828,52 €	32 968,25 €	25 997,70 €	19 598,56 €	42 050,46 €	22 126,95 €	21 663,22 €	59 035,60 €		€		
Gastos com pessoas	163 606,86 €	126 460,31 €	57 554,88 €	56 937,06 €	131 498,32 €	89 816,50 €	46 538,87 €	363 686,73 €		€	1 036 099,54 €	
Outros rendimentos e ganhos	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €	4 305,45 €			34 443,58 €	
Outros gastos e perdas	332,02 €	332,02 €	332,02 €	332,02 €	332,02 €	332,02 €	332,02 €	332,02 €			2 656,13 €	
Resultado antes de Depreleções Gastos	60 657,03 €	- 27 158,92 €	-60 945,92 €	-14 542,58 €	48 642,13 €	5 489,91 €	-	39 602,01 €	60 517,94 €	21 092,50 €	27 819,78 €	81 969,86 €
Financiamento e amortização	4 492,00 €	3 305,44 €	1 695,10 €	2 034,12 €	3 559,70 €	1 017,06 €	1 695,10 €	39 874,80 €			57 673,31 €	
Resultados Operacional	56 165,02 €	- 30 464,36 €	-62 641,02 €	-16 576,70 €	45 082,43 €	4 472,86 €	-	41 297,10 €	20 643,14 €	21 092,50 €	27 819,78 €	24 296,55 €
Juros e rendimentos similares obtidos												€
Juros e rendimentos similares suportados	18,78 €	18,78 €	18,78 €	18,78 €	18,78 €	18,78 €	18,78 €	18,78 €				150,22 €
Resultado antes Impostos	56 146,24 €	- 30 463,13 €	-62 659,80 €	-16 595,48 €	45 063,65 €	4 454,08 €	-	41 315,88 €	20 624,36 €	21 092,50 €	27 819,78 €	24 146,33 €
IRC												€
Resultado líquido do exercício	56 146,24 €	- 30 463,13 €	-62 659,80 €	-16 595,48 €	45 063,65 €	4 454,08 €	-	41 315,88 €	20 624,36 €	21 092,50 €	27 819,78 €	24 146,33 €



Santa Catarina, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista certificado

Sandra Luciane Jorge Raimundo

Pela Direção

D. Bernardo